

**ACTA Nº 4 – Sessão
Extraordinária da Assembleia
Municipal, realizada no dia
25 de Julho de 2011**

No dia vinte e cinco de Julho do ano de dois mil e onze, pelas onze horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Matadouro Regional do Alto Tâmega e Barroso, S.A./Proposta de aumento de capital social

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e seis membros. Não compareceram à chamada os deputados Joaquim Lopes Pires, Sandra Matilde Afonso de Carvalho, Rui Mário Miranda Alves, Filipa Nazaré Costa Alves, João Gonçalves Surreira, Sónia Margarida Dourado Fernandes, António Maria Dias Cascais, Pedro Nuno Cruz Giesteira, Manuel Azevedo Antunes, Alexandre Dionísio Silva Antunes, Domingos Dias Afonso, António Gregório Azevedo Dias, Eugénio Gonçalves Xavier, Herculano Fernandes Pereira e Manuel Tomás Gonçalves.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os vereadores Manuel Orlando Fernandes Alves, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Adelino Augusto Santos Bernardo e José Duarte Crespo Gonçalves.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.

Por motivo de ausência do Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Lopes Pires, os trabalhos foram dirigidos pelo 1º Secretário Manuel António Silva Carvalho, tendo a 2º Secretário, Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas, assumido o cargo de 1º Secretário. O Senhor Presidente da Mesa designou a deputada Ana Maria Barros Martins para integrar a Mesa como 2º Secretário.

1 – Matadouro Regional do Alto Tâmega e Barroso, S.A./Proposta de aumento de capital social

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia dizendo que esta proposta de aumento de capital ao Matadouro vem na sequência da situação difícil em que se encontra esta unidade. Referiu que o Matadouro arrancou com uma dívida muito elevada, apesar da comparticipação dos fundos comunitários. Conseguiu-se alterar o projecto inicial, que ainda onerava mais esta empresa e o que é certo é que, com mais de 500 mil contos de dívida, sempre foi funcionando e realizando o seu trabalho. Este Matadouro está como tantos outros no país. A situação financeira é muito difícil, alguns até encerraram, outros resistiram e fazem concorrência uns aos outros descabida o que é

inadmissível. Os Matadouros funcionam como as empresas e a concorrência que fazem muitas vezes levam-nos a situações financeiras complicadas. Portanto, o Matadouro, pelas circunstâncias em que arrancou e também devido à situação complicada que o país atravessa, está numa situação difícil. Tem uma dívida ao fisco e existe uma penhora, que estava para ser executada, e perante as dificuldades em saldar a dívida os accionistas reuniram em Assembleia Geral e foi proposto um aumento de capital para regularizar e tentar encontrar uma solução imediata da penhora e encontrar um caminho que possa viabilizar o Matadouro. Este aumento de capital não vai resolver todos os problemas financeiros daquela unidade. Mas o Matadouro é que é uma infraestrutura local da maior importância para o concelho de Montalegre que é um concelho agrícola e que vive essencialmente da pecuária. O mercado está equilibrado e, contrariamente àquilo que se pensava, o Matadouro até aumentou ligeiramente a sua capacidade de abate e vai havendo escoamento da nossa produção, que até ultrapassou as expectativas. Dentro deste quadro, a Câmara e a Assembleia têm que olhar para este problema e dar-lhe a solução que podem dar. Pensa que não é uma solução definitiva, mas há soluções intermédias e que devemos fazer pelo Matadouro aquilo que estiver ao nosso alcance e este aumento de capital está ao alcance e está dentro das possibilidades da autarquia. É um esforço financeiro de 100 mil euros e é um apoio à agricultura e à pecuária e aos cerca de 20 postos de trabalho que ali existem e que é preciso assegurar. Ou se avança com este aumento de capital social ou o Matadouro, só por si, não pode cumprir com as suas responsabilidades. Disse que a Câmara já assumiu e já se pronunciou favoravelmente, por unanimidade, em reunião do Executivo Municipal porque até ao dia 10 de Agosto tem que haver uma decisão que é o prazo limite para a execução da penhora.

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Martins, Luis Carril, Nuno Pereira, Guilhermina Costa, Acácio Gonçalves, Ricardo Moura, Francisco Surreira, Pedro Barroso, Fernando Calvão e José Acácio Moura.

O deputado Alberto Martins entregou a sua intervenção por escrito à Mesa, depois de a ler aos presentes e que abaixo se transcreve na íntegra.

"Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Minhas senhoras e meus senhores:

Acerca do assunto em discussão e na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Salto, a maior e a mais distante, cerca de 40 kms, dos que ainda utilizam este matadouro, quero dizer o seguinte:

O nosso concelho é maioritariamente agrícola e a população aqui residente, a sua maioria, tem na comercialização do gado a sua principal fonte de receita. A minha freguesia é a que tem mais cabeças de gado no concelho, na sua grande maioria de raça Barrosã. Foi aqui criada uma Associação nacional para defesa desta raça e ainda não entendi porque é que havendo um matadouro no concelho, este gado "tirado" e comercializado pela Cooperativa Agrícola de Boticas, vai ser abatido no Matadouro de Penafiel!

Sabendo ainda, todos nós que quase todos os lavradores têm acções no Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, estes devem ter interesse que este funcione bem e pouco ou nenhum, devem ter com o de Penafiel!

É mais barato!... Se calhar também era mais barato levar os nossos resíduos sólidos para outro aterro sanitário!

A defesa de postos de trabalho e dos interesses dos nossos agricultores, também passa por aqui!

Parece-me que este também é um assunto que devia ser resolvido!

Quanto ao tema que hoje aqui vamos decidir: aumento do capital social, por parte da Câmara Municipal para mais 100 mil euros e visto o fim a que se destina; ajudar ao pagamento da dívida às finanças e levantamento de penhora, terá da minha parte e espero da minha bancada, o voto favorável, pois os produtores pecuários, os marchantes, os consumidores da região e o pessoal que lá trabalha, precisam do Matadouro em actividade e não pode ser por nós, todos os aqui presentes, em quem eles confiaram o seu voto, a receber a primeira machadada!

Não será solução para o problema, mas agora ajuda a resolvê-lo!

Tenho dito

Salto, 25 de Julho de 2011, assina, Alberto Martins Fernandes.”

O deputado Luis Carril perguntou quem é o representante da Câmara nos órgãos do Matadouro. Sabe que o último representante foi o Senhor Abel Afonso.

O deputado Nuno Pereira disse que subscreve no essencial a análise feita pelo Senhor Presidente da Câmara que acaba por ser a manifestação daquilo que é a nossa situação económica actual. Mas toda esta situação leva-nos a reflectir um pouco quando se viram todos os apoios dos fundos comunitários à lavoura, incentivos à produção, construção de vacarias por todo o concelho e acabamos por verificar que o Matadouro acaba por não capacidade de sobrevivência por falta de matéria prima. Temos então a expressão de que muitos milhões de euros que vieram para este concelho foi dinheiro deitado fora. Vê-se que o Estado tem andado à frente para criar infra-estruturas e para apoiar a economia e a produção e da parte dos empresários, que são aqueles que recebem o dinheiro para produzir, não se vê nada. Grande parte dos nossos problemas actuais deve-se ao facto de termos andado durante 15/20 anos a destruir a nossa capacidade produtiva, até fomos subsidiados para não produzir, e andamos a criar matadouros para abater o gado para o qual se pagou para não se produzir. Mas a verdade é que temos uma costela social muito forte e que tem a ver com a capacidade e a esperança de recuperação de algum sector da economia e o matadouro pode ser essa âncora, pode ser esse objectivo e poderá alimentar de esperança a produção de gado e ao mesmo tempo ver se aqueles nossos vizinhos, que constantemente se dizem solidários connosco como, por exemplo, Chaves e Boticas, acabam por materializar essa solidariedade. Referiu ainda que se lembra de gente de muita responsabilidade que argumentava baixinho contra o Matadouro de Barroso, gente com responsabilidade e que recebeu o voto de centenas de agricultores. Devemos aprovar que a Câmara tente mais um esforço para recuperar o Matadouro e, ao mesmo tempo, deve-se incentivar a produção do nosso gado. Finalizou

alertando que 100 mil euros vão ser investidos no Matadouro e vão sair dos cofres do município, num contexto em que as receitas também vão baixar, e haverá que perceber que alguém irá ficar sem esse investimento.

A deputada Guilhermina Costa disse que é inquestionável que o Matadouro é uma empresa de grande importância para o desenvolvimento regional em termos agrícolas no nosso concelho. Este facto não é suficiente para fundamentar só por si a decisão que nos propõe que seja tomada. A falta de informação que existe sobre este assunto é por demais evidente. Temos uma empresa privada com participação de capitais públicos, nomeadamente da Câmara Municipal, mas não sabemos qual é o capital social do Matadouro, qual é o valor da empresa, qual é o valor do imobilizado, qual o valor do passivo, nem qual é o valor da sua facturação. Não sabemos qual vai ser a participação da Câmara após este aumento. Depois de subscrever este montante, qual vai ser a percentagem com que a Câmara fica no Matadouro. Também não sabemos se a Câmara está a injectar 100 mil euros de capital no Matadouro para adquirir participações que podem valer 5 mil, 10 mil euros ou que até podem ter um valor negativo. Não sabemos. Não é possível tomar-se uma posição responsável sem este tipo de informação porque não se sabe qual é a real situação do Matadouro. Até coisas mais simples e concretas que tem a ver com o número de postos de trabalho. Não se sabe qual é o número porque já ouvimos três versões diferentes. Aquilo que vimos foi o senhor Presidente da Câmara dizer que a Câmara vai subscrever 100 mil euros para socorrer aquela empresa que está numa situação de emergência e há penhoras sobre o património do Matadouro. Assim sendo, a Câmara, como entidade pública, tem uma responsabilidade acrescida na gestão dos dinheiros públicos e não pode ter um comportamento como de um particular, de puro altruísmo, porque isso, numa análise superficial, configura uma gestão danosa. Aquilo que sabemos é que, ao injectar este dinheiro, a Câmara não vai resolver problema nenhum, não vai resolver os problemas financeiros do Matadouro. Relembrou que aquilo que se está a passar hoje já aconteceu há alguns anos atrás. O Matadouro já esteve nesta circunstância. Disse que foi sugerido pelos vereadores do PSD, em reunião de Câmara, que fosse feito um estudo de viabilidade ao Matadouro, para se saber o que se estava ali a passar e tentar resolver os problemas de uma forma definitiva. Nada foi feito. A Câmara vai injectar 100 mil euros e daqui a uns tempos, e atendendo também à situação económica do país, o Matadouro volta à mesma situação ou pior e verá o seu património ser vendido em hasta pública. Isto não é solução, isto é deitar dinheiro fora. Aquilo que sugere o PSD, neste momento, é algo que já se devia ter feito há muito tempo que é requerer a insolvência do Matadouro, suspender de imediato a hasta pública que está marcada e isto só traz vantagens, a saber: tem a vantagem de proteger outros credores porque o fisco não é único, existem outros como os bancos e os agricultores e assim todos os créditos seriam tratados de igual forma; a outra vantagem prende-se com o facto de ser nomeada uma administração que fará um estudo da empresa, vai ver como está e vai ver da sua viabilidade e se será possível a sua recuperação. Assim numa situação de recuperação, pensa que a Câmara devia investir para além de 100 mil euros, devia investir aquilo que fosse possível aos cofres da Câmara porque assim estaríamos a resolver em definitivo os problemas daquela empresa e a proteger

os interesses da nossa região, a proteger os interesses dos agricultores e a proteger postos de trabalho. Desta forma não se protege nada nem ninguém e, assim aquilo que propõe é que a Câmara não subscreva este aumento de capital e que a Câmara, como accionista, requeira a insolvência do Matadouro pedindo a suspensão da hasta pública e que se tentem solucionar os problemas de forma definitiva. Disse ainda que também pode acontecer que esta empresa não seja recuperável, mas se não for agora também não será daqui a um ano com a agravante de que mais se acumulam os passivos e mais dinheiro os accionistas perdem, nomeadamente a Câmara. Se a Câmara vai investir 100 mil euros numa dívida de 200 mil euros, perguntou quem iria subscrever os restantes 100 mil euros pois não lhe parece que seja a Cooperativa, nem a PEC, nem os agricultores a fazê-lo. Disse que não sabe como é possível que a autarquia tivesse apresentado uma proposta destas porque é de uma absoluta irresponsabilidade e que por essa razão a bancada do PSD iria votar contra.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a saga do Matadouro nos persegue e que é um problema que já se arrasta há 10 anos. Pensa que o Matadouro faz falta ao concelho, mas já começou mal logo no seu arranque com as birras de Chaves e de Boticas que, apesar disso, não os podemos preterir e a sua situação neste momento é infeliz. É notório que a Câmara tem que ponderar esta situação porque a apresentação desta proposta levanta questões a quem tem que se pronunciar, através do voto, de forma responsável e de forma isenta. A grandeza do Matadouro foi outra infelicidade e os 311 mil contos que estavam previstos inicialmente chegavam. A seu ver, os 760 mil contos foram um exagero, daí veio o endividamento de 511 mil contos. Havia fatura de dinheiro, havia ganância. A participação pedida aos agricultores de 10 contos foi enganosa porque nem recibos passaram e ninguém sabe para onde foi esse dinheiro. Perguntou qual a razão da Câmara há dois anos que não apresenta a Conta de Gerência do Matadouro na Assembleia para conhecimento e que é obrigatório fazê-lo. Perguntou qual o valor da subscrição total do Matadouro e quem são os accionistas que vão subscrever. Sabe, através do ofício enviado pelo Matadouro, que há incumprimento com a banca. Perguntou se com os fornecedores também há incumprimento. O código de insolvência diz que quando o passivo de uma empresa é maior que o activo tem que haver insolvência. Entregou um voto declarado à Mesa que abaixo se transcreve na íntegra.

“Exm^o Senhor Presidente da A.M.
 Exm^o Senhor Presidente da C.M.M.
 Exm^a Mesa da AM
 Meus Senhores e m/Senhoras

Acácio da Silva Gonçalves, membro do CDS-PP, pertencente ao Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, vem por este meio justificar o seu voto de abstenção na proposta de aumento de capital social do Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.

1º - As dúvidas que a proposta suscita quanto à subscrição de capital social é de €100.000,00, levanta questões na tomada de posição dos membros desta AM que irão decidir responsabilmente, sendo a primeira o facto de não se saber qual o total da subscrição e quis os subscritores envolvidos e a segunda que se considere a mais importante o facto de esta AM não ter conhecimento das contas de gerência dos últimos dois anos referentes ao Matadouro.

2º - Estas peripécias de aumento e diminuição de capital no Matadouro regional que temos assistido ao longo de estes últimos dez anos não deixa quem quer que seja indiferente e demonstra bem a dificuldade financeira com que se debate ao longo destes anos caminhando cada vez mais para uma ruína económica a que o mesmo está condenado, sendo estes pedidos da sua Administração demonstrativos da sua ineficácia para superara fase difícil que a mesma atravessa, transparecendo que o incumprimento de dívidas à banca de 450.000,00€ que já se encontram em lide judicial é um sinal quanto à impossibilidade de cumprir as obrigações que certamente andarão interligadas com a conta fornecedores.

3º - Porque não possuímos os meios contabilísticos quer da sua contabilidade quer da sua conta de gerência para aquilatar essa possibilidade pontual no cumprimento obrigacional para aferirmos se o seu activo disponível é insuficiente para satisfazer o seu passivo exigível, somos levados a pensar se a declaração de insolvência não deveria ter sido já entregue pela administração ou pelos credores.

4º - Sabemos que a maneira mais fácil de escamotear os problemas empresariais é não enfrentar o presente e não acautelar o futuro, mas também nos diz a experiência que a BIRRA de quem pode e manda em manter uma administração incapaz e inoperante em dar o passo mais largo do que o sapato deverá ser responsabilizada pelo que venha a acontecer no futuro.

5º - Todos nós sabemos que este Matadouro como empresa SA facilita na legalidade expondo-se demais, mas a lei é geral e abstracta e tem de ser cumprida. O facto de o matadouro não estar encerrado, deve-se à complacência administrativa, porque ninguém pode encobrir o sol com a peneira e tudo tem os seus limites que pelo facto de se tratar de uma unidade produtiva e poluente o município não pode ser complacente com a situação ambiental pelo facto de não estar a funcionar a ETAR gerando nos subúrbios mau estar e como se tratam de casos públicos e notórios não necessitam de prova, mas certamente necessitam de RENOVAÇÃO e REPARAÇÃO.

6º - Defender os interesses dos produtos pecuários, marchantes e consumidores não pode ser só retórica e balões de oxigénio por parte do Conselho de Administração e do Município, é mais do que isso, é prestar um bom serviço local e intermunicipal de qualidade a todos eles, livres de interesses mesquinhos e CUSTOS inferiores aos outros matadouros da concorrência.

7º - Os argumentos apresentados no ofício que o Conselho de Administração dirigiu à CMM para justificar o aumento de capital são argumentos carpideirescos em que se misturam alhos com bugalhos fugindo à realidade e que não merecem comentários.

8º - O Matadouro sempre abateu mais gado que não é regional do Barroso e dos lameiros do Barroso, porque regional não é suficiente dirá a Administração do matadouro e eu pergunto porque não se atendeu à dimensão da Unidade e a Administração do matadouro responde "por causa do dinheiro, o primeiro matadouro era pequeno e o total do investimento era de 346.000 contos e o segundo já era grande porque o investimento era maior 760.000 contos", daí o endividamento e o empréstimo pedido de 511.000 contos continua a ser maior e mesmo os 90.000 contos que devem à Banca afligem e daí o SOS ao município.

Montalegre, 25 de Julho de 2011, Assina Acácio da Silva Gonçalves"

O deputado Ricardo Moura disse que a situação que se vive no Matadouro é muito complicada, mas que era preciso defendê-lo porque é do povo de Barroso e dos agricultores. Alguns agricultores no início foram contra a sua dimensão, pensa que o primeiro projecto teria sido o ideal, mas quem decidiu foi o então Primeiro Ministro e actual Presidente da República que na altura dizia que estávamos num oásis, não faltava dinheiro. Os agricultores não vão deixar fechar o Matadouro. Se há alguma coisa a alterar que se altere, mas fechar não porque faz falta a toda a gente. Referiu ainda que quem falhou com o Matadouro foram os municípios do Alto Tâmega que queriam que fosse instalado num outro município: Chaves, Vila Pouca ou Valpaços. Boticas também deixou de abater aqui o gado. Ninguém o queria em Montalegre. Salto, que é o solar do gado barrosão, também abate pouco em Montalegre pois preferem ir abater a Penafiel. Sabemos que temos de dar sinal verde a esta proposta que hoje se apresenta e disse que queria ver se os agricultores presentes na Assembleia têm a coragem de votar contra. 100 mil euros neste momento à Câmara Municipal não fazem muita diferença, apesar da crise, pois a nossa Câmara sempre gozou de uma boa situação financeira, nem nunca esteve endividada como muitos apregoaram. Terminou, dizendo que como agricultor não quer abater o seu gado no Cachão, nem em Famalicão, quer abater em Montalegre.

O deputado Francisco Surreira prescindiu da palavra.

O deputado Pedro Barroso disse que uma das causas pela qual se tem debatido é a agricultura, inclusivamente já sugeriu a criação de um Pelouro da Agricultura ou pelo menos a criação de um gabinete técnico que, se calhar, já tinha analisado toda esta situação e já haveria dados concretos e teríamos uma solução concreta para decidir e não se chegava ao ponto que se chegou. Isto porque acredita e porque sente no seu dia-a-dia, pois é veterinário, que a agricultura foi, é e sempre será a principal alavanca para o desenvolvimento do nosso concelho. É nosso dever continuar a lutar pela sustentabilidade daquela unidade de abate e de comercialização da carne. Parece-lhe que ninguém tem

dúvidas quanto à utilidade que o Matadouro tem para a região, mas tem problemas de gestão que já são conhecidos e não podemos esquecer a questão social que são os postos de trabalho que ali existem, num concelho cada vez mais desertificado e cujos últimos números já conhecidos são desastrosos. No seu entender, devia o Município e a Assembleia exigir elementos concretos para se poder realizar um aumento de capital pois a argumentação de vitimização e quase miserabilista que lhes foi entregue não pode servir para uma tomada de decisão de ânimo leve. É preciso saber-se qual o valor da dívida a funcionários, porque, provavelmente, os únicos vencimentos que estão em dia são os dos membros do Conselho de Administração, a fornecedores e também aos agricultores. Perguntou se o Matadouro não está já em falência técnica. Pensa que sem respostas a estas questões ninguém de bom senso poderá votar favoravelmente este aumento de capital porque também é pouco claro porque não se diz qual é o aumento total, nem se diz quem são os outros investidores e não é solução para o problema. Perante tudo isto, informou que a sua posição iria ser de abstenção.

O deputado Fernando Calvão prescindiu da palavra.

O deputado José Acácio Moura disse que, como produtor de carne, vota a proposta de aumento de capital social favoravelmente porque entende que o Matadouro de Barroso deve continuar aberto. Referiu que os produtores de carne recebem menos dinheiro hoje em dia do que recebiam há 30 anos atrás pela produção da nossa carne. Pergunta o que será dos agricultores se o Matadouro fechar e quem é que paga o transporte das vitelas que terão que se ir abater a Penafiel ou a Famalicão. Toda a gente sabe que um agricultor para vender uma vitela de 100 kgs está quase 2 anos para receber dinheiro. Pediu a todos os agricultores presentes na sala que votassem favoravelmente a proposta de aumento de capital social ao Matadouro Regional do Alto Tâmega e Barroso.

Findas as intervenções dos senhores deputados inscritos, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta sessão da Assembleia não podia passar sem que houvesse jogadas políticas ou birras pessoais porque em síntese foi isso que as bancadas do PSD e do CDS trouxeram. Disse que toda a gente conhece esta história do CDS e também de parte de pessoas do PSD, mas a Câmara, os autarcas e esta Assembleia é gente honrada e sabe muito bem quais são as responsabilidades que lhes cabem. Não estamos aqui movidos por birras pessoais, nem com jogadas políticas. Estamos aqui com responsabilidade e para decidir o interesse genuíno dos nossos agricultores e neste caso é o interesse supremo do Barroso. Sabe que há gente que ficava satisfeita se o Matadouro encerrasse, mas essa não é a nossa opinião nem é a opinião da grande maioria dos autarcas do PSD. Disse que é um facto que o Matadouro está mal nas suas finanças e que se estivesse bem não precisava de pedir aumento de capital social. Uma empresa destas não se pode dirigir à banca porque esta estrangula ainda mais. O Estado não se interessa por questões destas e está a abandonar por completo o tecido social do país, está a

abandonar o interior, as pessoas, as questões sociais, está a centralizar tudo em Lisboa. É nestas alturas que se vê que faz falta um poder local forte e orgulha-se de que haja um poder local em Montalegre capaz de responder aos problemas dos barrosões. Temos hoje um problema que é ajudar a resolver a situação difícil do Matadouro. Não a queremos resolver para toda a vida porque não há soluções definitivas para nada. Disse que o Matadouro está mal porque não recebe nada do Estado e ainda tem que pagar. 80% daquilo que os agricultores pagam ao Matadouro pelo abate de animais é para taxas que têm que ser pagas ao Estado. Estas taxas arruinam os matadouros e os agricultores, a lavoura e a agricultura. É verdade que o Matadouro está em falência técnica e há muita gente que lhe quer dar o golpe final, encerrando-o. Esclareceu que a Câmara quer ajudar o Matadouro, assim como o povo de Barroso. Sabe que há gente que o quer ver fechado por outras razões que não podem ser chamadas para aqui e que o melhor seria ter ficado em casa para não alimentar birras pessoais. O Matadouro tem problemas de funcionamento e tem que aumentar o abate que não pode ser só de gado barrosão. A Cooperativa de Boticas abate 30% de gado barrosão e 70% de gado do Minho e tem lógica que esse gado seja abatido no Minho. Não podemos olhar para isso só como uma guerra de interesses porque quem gere tem que olhar a gastos. Esclareceu que não há representante legal da Câmara no Conselho de Administração do Matadouro mas que quem responde pelo Matadouro na Câmara é o Presidente da Câmara. A questão social também é importante porque são 20 ou mais postos de trabalho, não interessa o número, apesar de saber que há gente que gosta de fazer finca pé dos pormenores, mas são mais de 20 famílias que vivem directamente do Matadouro para além dos milhares de agricultores que dependem do escoamento da carne através do mesmo. Sobre a solidariedade dos nossos vizinhos, disse que não podemos andar a mendigá-la, o problema é nosso e nós é que temos de o resolver e não podemos pensar que a resolução nos cai do céu apesar de que o Município de Valpaços também vai entrar neste aumento de capital, assim como Cabeceiras de Basto. A Dr^a Guilhermina tem uma obsessão contra o Matadouro e traz todos os contributos necessários para denegrir ainda mais aquela empresa. O Matadouro não precisa que digam mal dele e que o denigram, precisa sim é de soluções para o levantar. Sobre as convocatórias da Assembleia e da Câmara, disse que são feitas nos prazos e de acordo com a lei, assim como todos os documentos apresentados. Não vale a pena subterfúgios nem desculpas de mau pagador. Está tudo dentro da Lei. O capital social do Matadouro também é conhecido por toda a gente. A Câmara não é dona do Matadouro pois possui apenas 20%, os agricultores têm 20%, foi o dinheiro que recolheram e o Estado tem uma participação que não chega a 30%, portanto Câmara e Estado não fazem 50% do capital social. Há penhoras e dívidas à banca que toda a gente já conhece. A dívida à banca, neste momento, ronda os 400 mil euros e esta dívida, quando o Matadouro arrancou, era de 2,5 milhões de euros e foi esse sempre o grande problema daquela instituição. Se o Matadouro não fechou ainda e se funcionou durante estes anos todos deve-se ao trabalho e dedicação do engenheiro Justo que durante estes 20 anos conseguiu mantê-lo em funcionamento e pagar juros de 30% à banca. É preciso louvar este esforço. Está-se hoje aqui a embirrar com questões técnicas e com questões menores quando o importante é manter o Matadouro a funcionar e a continuar a servir os interesses dos nossos

agricultores. Referiu ainda que o Matadouro não tem dívidas aos agricultores, tem sim dívidas ao fisco e à banca, as restantes dívidas não são significativas. Ouviu-se aqui que o Matadouro estava em situação de insolvência mas há muita gente que está falida e anda por aí. Disse que a Câmara não vai meter dinheiro no Matadouro por ser uma actividade económica rentável. Aqueles que pensam que isto é um investimento económico para a Câmara estão redondamente enganados porque pensamos que estamos perante um investimento social. É um investimento numa empresa que tem mais de 20 trabalhadores, mas que serve os nossos agricultores na totalidade. Tem, portanto, uma função social a que a Câmara está também obrigada a responder. A obra do Matadouro foi adjudicada por concurso público. Houve um primeiro concurso que foi anulado porque os preços dispararam em relação ao projecto e porque o financiamento era reduzido, optando-se então pelo projecto que existe actualmente, e o PSD assumiu também o Matadouro tal e qual ele está. Foi uma decisão tomada por todos. O actual PSD não está habituado a honrar os seus compromissos, mas os barrosões sim, é gente de palavra e honram os compromissos de quem teve que decidir na altura. Garantiu que a Câmara apresenta todas as contas, referentes ao Matadouro, que chegam à Câmara. Este é o segundo aumento de capital social que a Câmara irá fazer e, apesar de ser um grande esforço financeiro para os cofres da autarquia, não afectará o andamento normal das obras, nem o seu funcionamento normal. A dívida do Matadouro pode ser renegociada, mas para isso tem de haver primeiro uma solução de libertação do Matadouro das penhoras que só se consegue pagando a dívida ao fisco. Depois de pagar a penhora existente, o Matadouro fica liberto para servir de nova penhora para negociar um outro empréstimo ou para renegociar o existente. Disse ainda que não há nenhum estudo que altere a realidade. Não são necessários mais estudos. Os que existem chegam. O Matadouro está mal, está em dificuldades e não há nenhum estudo que venha provar o contrário e é devido a essas dificuldades que a Assembleia reuniu em sessão extraordinária. Há possibilidades de resolver esses problemas que, em seu entender, não serão para sempre. Perante estas questões que foram levantadas pediu que houvesse responsabilidade, como tem havido noutras questões nesta Assembleia, e as questões pessoais, de birra e que são marginais a este processo que não fossem consideradas e que houvesse respeito pelos compromissos assumidos pela Câmara e pela Assembleia e apelou para que toda a gente honre aqueles que na devida altura tomaram as decisões porque para isso tiveram o voto do povo.

Finda a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, inscreveram-se para uma segunda intervenção os senhores deputados Luís Carril, Nuno Pereira, Acácio Gonçalves, Guilhermina Costa e Pedro Barroso .

O deputado Luis Carril disse, citando o Senhor Presidente da Câmara "a Câmara apresenta todas as contas que cá vêm ter", então deduziu que se, as contas não chegam, a responsabilidade é do Presidente da Câmara já que é o representante da Câmara no Matadouro e como tal devia fazer com que as contas chegassem a todos os deputados e devia estar mais informado do que os outros. Nos argumentos que apresentou não trouxe nada de novo para uma

mudança de posição. É verdade que o número de funcionários que trabalham naquela instituição é uma questão menor, mas o senhor presidente tinha a obrigação de saber isso. Referiu também que não deve haver ninguém presente na sala que queira o encerramento do Matadouro e até se podia confirmar isso fazendo uma votação de braço no ar. Em seu entender o que está a ser discutido é a viabilidade e as soluções que podemos dar àquela instituição que toda a gente é unânime dizer que faz falta aos agricultores. A proposta que foi apresentada pela deputada Guilhermina Costa não vai no sentido de fechar o Matadouro pois toda a gente sabe o que é a insolvência e sabe que não é para fechar o Matadouro nem é para mandar ninguém para o desemprego. Não aprovando a insolvência, pensa que seria de bom tom que a Câmara apresentasse na Assembleia um relatório completo da situação financeira do Matadouro para que possamos tomar uma decisão de forma consciente.

O deputado Nuno Pereira disse que realça o sentido de voto que já tinha feito na primeira intervenção. Não nega em nada as observações que os deputados do PSD fizeram relativamente à perspectiva técnica do Matadouro. Ninguém está aqui a tapar o sol com a peneira. Ninguém diz que o Matadouro está bem do ponto de vista económico e financeiro. Aquilo que devemos realçar é a questão social do Matadouro e enquanto instituição económica ao serviço da lavoura que funciona como uma alavanca num momento de crise. Devemo-nos socorrer de todos os meios de que dispomos pois o Matadouro quer se goste ou não, quer esteja em condições financeiras saudáveis ou não, é uma alavanca poderosíssima para ajudar os agricultores. Referiu que não é agricultor e portanto o Matadouro, pessoalmente, não lhe faz bem nem mal, mas fala em nome das pessoas que trabalham todos os dias a produzirem carne para consumo e pensa que a Câmara deve fazer um esforço no sentido de apoiar e de tentar fazer com que o Matadouro funcione como uma reserva para podermos recuperar o tecido económico do concelho.

O deputado Acácio Gonçalves disse que o senhor Presidente da Câmara não tinha respondido a algumas questões que lhe tinha colocado na sua primeira intervenção. Sobre a Etar do Matadouro, perguntou se sabe ou não que não funciona e que está ali a causar um desastre ambiental. Esclareceu que a sua presença na Assembleia Municipal já vem desde 1985 e que antes de 1989 nunca viu o actual presidente da Câmara defender o Matadouro, antes pelo contrário. Via-se sim oposição por parte da sua bancada ao Matadouro. Pensa que o Senhor Presidente, no Conselho de Administração do Matadouro, deve tomar posição, porque tem capacidade para isso e não deixar gerir aquela unidade da forma que alguns querem. Terminou, dizendo que não sabe porque é que a Câmara não apresenta, para conhecimento, as contas do Matadouro na Assembleia Municipal.

A deputada Guilhermina Costa disse que tinha iniciado a sua primeira intervenção dizendo que o Matadouro era uma empresa importante para o desenvolvimento da região. E é reconhecido por todos que é uma empresa importante para um sector do concelho de Montalegre que é essencialmente agrícola. Disse que apresentou uma proposta, a seu ver mais sustentável e mais viável e apesar do estigma que existe nalgumas pessoas com o termo

processo de insolvência de uma empresa, ela serve também para recuperar as empresas, para ver quais são as suas reais dificuldades e ver como se podem pôr a funcionar de uma forma sustentável, de forma a que seja auto-suficiente. Entende que, numa situação de recuperação, a Câmara deveria investir no Matadouro o dinheiro que fosse necessário e que fosse possível para o recuperar. Não concorda com este tapar de buracos porque este aumento de capital não resolve o problema. Já aqui foi dito que o matadouro está numa situação de falência técnica e portanto este aumento de capital não vai resolver nada, pelo contrário daqui a dois ou três anos o Matadouro estará novamente nesta situação como aliás já tinha acontecido anteriormente com dívidas ao fisco e em hasta pública e vamos continuar sem resolver os problemas dos agricultores, do desenvolvimento regional e das famílias que trabalham lá, que é isso que interessa a todos. Esta proposta apresentada pela Câmara não é claramente a solução. Referiu ainda que o Matadouro é uma empresa de importante relevância para o concelho de Montalegre, no entanto, o Matadouro não presta um serviço essencial e fundamental à sociedade de Montalegre, comparando-o com os serviços de saúde ou de educação, que esses sim, em seu entender, devem ser custeados pelo Estado. O Matadouro é uma empresa e, considerando-se importante ou não para o desenvolvimento económico da região, não deixa de ser uma empresa e pensa que por esse motivo deve ser apoiado o sector, mas não custeado. Ao deputado José Acácio perguntou porque é que o Estado, através da autarquia, há-de suportar os seus custos de empresário agrícola e não vai custear os custos doutros empresários de outros sectores. Ao deputado Ricardo Moura disse que, uma vez que já é accionista, gostava de o ver subscrever este aumento de capital.

O deputado Pedro Barroso disse que parece já unânime que o Matadouro não pode nem vai fechar e até foram levantados todos os problemas e apontadas soluções. Perguntou porque é que as pessoas certas não reúnem para resolver esta situação e ultrapassar certas birras. Pensa que não podem decidir, neste momento, com o coração em vez de se decidir com a cabeça porque é isso que lhes foi pedido. À semelhança daquilo que acontece com várias instituições, há dirigentes que têm o seu tempo, nessa fase constituíram solução e mais valia às empresas. Passado esse tempo, deixam de ser solução e passam a ser parte ou o próprio problema. Em sua opinião a Câmara, em última alternativa, pode assumir a totalidade do Matadouro comprando-o, mantendo os postos de trabalho e nomear uma gestão profissional que possa recuperá-lo.

Findas as segundas intervenções, o senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que o PSD está atrapalhado, não sabe o que fazer. O PSD não existe, está espartilhado, não tem uma liderança com implantação social e anda à solta com alguns dos seus dirigentes a descambar. Ainda bem que assim é porque o PS está e vai continuar a estar no poder enquanto o PSD tiver destes dirigentes pois dão um grande contributo para que o PS continue a ser o único representante do povo de Barroso e o único que continua a ter a simpatia da grande maioria dos barrosões e aquele em quem os barrosões esperam grande sentido de responsabilidade agora e no futuro. É esta a defesa do Matadouro porque ela não se faz com jogadas políticas nem se faz com ódio a questão do Matadouro, deve-se discutir com seriedade e com frieza e não com questões

personais. A maioria das intervenções já não surpreendem a maioria dos barrosões. Informou que a Assembleia Geral do Matadouro não tem funcionado porque não tem maioria. A PEC e a Caixa Agrícola não se têm feito representar pois são eles que detêm a maioria do capital social e fazem a aprovação formal das contas na Assembleia Geral. Disse que não entendeu ainda o que é que o PSD quer saber. Se querem saber se o Matadouro está bem ou mal ou se precisa de ajuda ou se o vamos salvar para toda a vida, respondeu que está mal, que precisa de ajuda e que não será possível salvá-lo para sempre. As contas do Matadouro começaram com 500 mil contos de dívida e todos sabem que essa dívida foi sendo paga e ronda agora os 90 mil contos. Disse que o PSD gosta de mandar a pedrada e esconder a mão. Se querem a insolvência do Matadouro, o PSD pode pedi-la. Garantiu que o Matadouro, por iniciativa da Câmara, não fecha e terá sempre o apoio da Câmara para funcionar e vai meter o dinheiro que lhe for possível pois tem a obrigação de ajudar a economia local e tem competências legais para fomentar a actividade económica e apoiar o sector da agro-pecuária. Disse, para finalizar, que a Câmara de Montalegre pôs menos dinheiro no Matadouro de Montalegre do que puseram as Câmaras de Vinhais e de Bragança nos seus matadouros para garantirem o seu funcionamento. Disse que a Câmara não tem dinheiro para meter num saco sem fundo, mas garantiu que o Matadouro não é um saco sem fundo. Tem problemas e pedem ajuda e a Câmara tem possibilidades nesta altura e nestas circunstâncias. Foi dito pela Dr^a Guilhermina que o Matadouro há três anos atrás esteve nesta situação. Pois bem, se daqui por três anos esta situação voltar, a Câmara pode dizer que cumpriu com a sua obrigação porque entrou com 100 mil euros no capital social e isso permitiu que ele aguentasse mais três anos. Pensa que isso é prestar um bom serviço à economia local e um bom serviço social. Ao deputado Acácio Gonçalves, disse que, como não conseguiu vender o seu terreno para instalação no Matadouro, mostra o seu ódio visceral contra o Matadouro e contra a sua administração. Pensa que com outra administração o problema não seria resolvido. Este conselho de administração pagou 2 milhões de empréstimos bancários nestes anos. Admite que haja problemas de contágio e problemas menores e disse que o Matadouro funcionou graças à dedicação e ao empenho do engenheiro Justo.

O senhor deputado Acácio Gonçalves pediu a palavra, invocando como argumento a defesa pessoal e disse que o Matadouro estava localizado num terreno que ainda hoje lhe pertence. É um terreno com 30 hectares, ladeado pelo rio e pela estrada e que está plantado de castanheiros. Disse que não andou atrás do eng^o Justo nem do prof^o Carvalho de Moura para vender o terreno e que quem localizou ali o Matadouro tinha sido o Iroma.

A deputada Sandra Rua, enquanto funcionária do Matadouro Regional do Alto Tâmega e Barroso, S.A. ausentou-se para não exercer votação.

Deliberação: A proposta de aumento de capital social do Matadouro Regional do Alto Tâmega e Barroso, S.A., foi aprovada por maioria com oito votos contra e cinco abstenções.

Depois da votação, a deputada Sandra Rua, entrou na sala.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento à deliberação tomada na presente sessão, foi a minuta desta acta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do nº 1 do artigo 92º do Decreto-lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

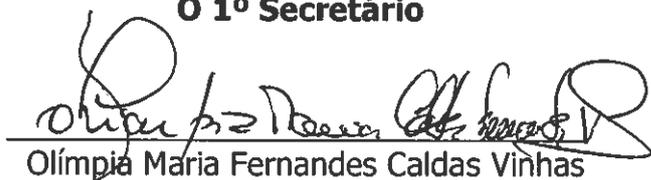
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão eram 13H07.

O Presidente da Assembleia Substituto



Manuel António Silva Carvalho

O 1º Secretário



Olímpia Maria Fernandes Caldas Vinhas

O 2º Secretário



Ana Maria de Barros Martins